

BRUNO TEIXEIRA PEIXOTO

Pedro Niebuhr
Prefácio

Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira Codonho
Apresentação

**COMPLIANCE NO DIREITO
AMBIENTAL**
LICENCIAMENTO, ESG E REGULAÇÃO

BRUNO TEIXEIRA PEIXOTO

**COMPLIANCE
NO DIREITO
AMBIENTAL**

Licenciamento, ESG e regulação

Prefácio
Pedro Niebuhr

Apresentação
Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira Codonho

FORUM

As complexas questões ambientais exigem aprimoramento constante do controle de conformidade de grandes atividades econômicas, obras e empreendimentos, fator crucial para o desenvolvimento sustentável. Desafios como corrupção, fraude, falta de transparência, acesso à informação, participação e de incentivos afetam cada vez mais a implementação das políticas e normas de proteção ambiental e de sustentabilidade no Brasil. Em tempos de agenda ESG nos setores público e privado, a obra assume, nesta perspectiva, uma importante tarefa de explorar os programas de integridade e *compliance* aplicados ao Direito Ambiental como estratégia regulatória de autorregulação regulada, voltada ao incremento da gestão de riscos e da antecipação de infrações, irregularidades e danos ao meio ambiente em licenciamentos ambientais de atividades com significativos impactos e degradações.

Área específica

DIREITO AMBIENTAL

Áreas afins

DIREITO AMBIENTAL; DIREITO ADMINISTRATIVO;
DIREITO EMPRESARIAL; GOVERNANÇA E
GESTÃO PÚBLICA; AGENDA ESG; GESTÃO
AMBIENTAL; OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (ODS).

Palavras-chave

Direito Ambiental. *Compliance*. Licenciamento
Ambiental. ESG. Autorregulação Regulada.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 2850

P379c

Peixoto, Bruno Teixeira

Compliance no direito ambiental: licenciamento, ESG e regulação / Bruno Teixeira Peixoto. Belo Horizonte: Fórum, 2023

418p. ; 17cm x 24cm.

ISBN 978-65-5518-537-9

1. Direito ambiental. 2. *Compliance*. 3. Licenciamento ambiental. 4. ESG. 5. Autorregulação regulada. I. Título.

CDD: 341.347

CDU: 349.6

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEIXOTO, Bruno Teixeira. *Compliance no direito ambiental: licenciamento, ESG e regulação*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 418 p. ISBN 978-65-5518-537-9.

BRUNO TEIXEIRA PEIXOTO

Advogado. Mestre em Direito Internacional e Sustentabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico pelo Cesusc. Formação executiva em *Compliance* e Governança no Setor Público pelo Insper, *Compliance* Ambiental, Social, de Governança e Proteção de Dados (ESG&D) pela PUC-Rio e em *Sustainability Reports* pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Auditor Líder em Sistemas de Gestão Antissuborno e Compliance ISO 37001 e ISO 37301 e certificado pela Norma ABNT PR 2030 ESG. Pesquisador da rede *Harmony With Nature Knowledge Network Experts* da ONU. Entre 2021 e 2022 exerceu a Gerência de Integridade e *Compliance* na Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina (CGE/SC).

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Pedro Niebuhr	19
---------------------	----

APRESENTAÇÃO

Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira Codonho	23
---	----

INTRODUÇÃO	25
------------------	----

CAPÍTULO 1

DIREITO, REGULAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....	31
---	----

1.1 Complexidade das questões ambientais e os lugares do Direito e do Estado para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável	32
--	----

1.1.1 As complexas questões ambientais, ecológicas e climáticas	33
---	----

1.1.2 Evolução político-jurídica internacional	41
--	----

1.1.3 Evolução constitucional.....	46
------------------------------------	----

1.2 O direito e o dever fundamental de proteção ao meio ambiente na Constituição Federal de 1988.....	54
---	----

1.2.1 Dever do Estado de proteção ambiental	60
---	----

1.2.2 Dever da coletividade de proteção ambiental.....	63
--	----

1.2.3 A compatibilização da proteção ambiental com a ordem econômica: interpretação conjunta dos arts. 225 e 170 da Constituição Federal	66
--	----

1.3 Atuação do Estado para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.....	70
--	----

1.3.1 Regulação administrativa ambiental no Brasil.....	76
---	----

1.3.2 Abordagem de comando e controle e suas deficiências	89
---	----

1.3.3 As limitações do poder de polícia ambiental	96
---	----

1.4 Desafios para implementação da regulação ambiental.....	101
---	-----

1.4.1 Corrupção e fraude.....	104
-------------------------------	-----

1.4.2 Transparência, acesso à informação e participação	112
---	-----

1.4.3 Incentivo e fomento.....	114
--------------------------------	-----

1.5 Síntese do capítulo.....	115
------------------------------	-----

CAPÍTULO 2

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL....	117
--	-----

2.1 A proeminência da tutela administrativa frente à complexidade das questões ambientais.....	118
--	-----

2.1.1 Regulação ambiental e processo administrativo.....	124
--	-----

2.1.2 O processo administrativo ambiental e a limitação da tutela jurisdicional.....	129
--	-----

2.1.3 A manifestação do dever fundamental de proteção do meio ambiente nos processos administrativos ambientais	133
---	-----

2.1.4 A importância dos processos administrativos ambientais de controle prévio e sucessivo	136
---	-----

2.2 O protagonismo do licenciamento ambiental	139
---	-----

2.2.1 Dimensões social, econômica e política do licenciamento ambiental	140
--	-----

2.2.2 Licenciamento ambiental como concretizador dos Princípios da Prevenção, da Precaução e do Poluidor-Pagador.....	145
---	-----

2.2.3 Licenciamento ambiental na compatibilização entre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o desenvolvimento das atividades econômicas	151
---	-----

2.3 O licenciamento ambiental como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente	155
--	-----

2.3.1 Conceito, ritos e espécies de licenciamentos ambientais	156
---	-----

2.3.2	Conceitos e os tipos de licenças ambientais.....	177
2.3.3	A Avaliação de Impacto Ambiental e os Estudos Ambientais	182
2.3.4	Os Planos de Controle, Monitoramento e de Gestão Ambiental	187
2.4	Desafios para o licenciamento ambiental e sua função regulatória	191
2.4.1	Limitações estruturais e legais do licenciamento ambiental brasileiro..	192
2.4.2	O lugar da corrupção no âmbito dos licenciamentos ambientais	197
2.4.3	Função regulatória do licenciamento para o combate à corrupção e à fraude e o fomento à transparência e à participação na regulação ambiental.....	206
2.5	Síntese do capítulo.....	208

CAPÍTULO 3

UMA ALTERNATIVA: OS PROGRAMAS DE COMPLIANCE NA PERSPECTIVA AMBIENTAL

		211
3.1	Conceitos em torno do compliance e de sua instrumentalização....	212
3.1.1	Compliance, governança e accountability	220
3.1.2	Compliance, enforcement e deterrence	223
3.1.3	Compliance e auditoria.....	227
3.2	Compliance e o seu contexto internacional	229
3.2.1	A influência da FCPA e do UKBA e as disposições da ONU, OCDE, Banco Mundial e Transparência Internacional	234
3.2.2	Aplicação do compliance nos ramos jurídicos e o surgimento do Direito da Conformidade	241
3.2.3	Compliance e autorregulação regulada no Direito Público	244
3.3	Evolução do compliance no Brasil	247
3.3.1	Compliance na Lei Federal nº 12.846/2013.....	252
3.3.2	Decreto Federal nº 11.129/2022 e os elementos dos Programas de Integridade.....	257
3.3.3	Regulamentação para Empresas Estatais e Administração Pública Federal	264
3.3.4	Compliance na Nova Lei de Licitações Públicas.....	267
3.3.5	Programas de integridade do MMA, IBAMA e ICMBio	273
3.4	Evolução do compliance na perspectiva da regulação ambiental....	275
3.4.1	O papel do compliance para a efetividade do Direito Ambiental....	278
3.4.2	Compliance ambiental para a ONU e a OCDE	286
3.4.3	Compliance ambiental para a União Europeia e a Internacional Network for Environmental Compliance and Enforcement – INECE	290
3.5	Perspectivas para autorregulação regulada ambiental	293
3.5.1	Custos e benefícios da estratégia regulatória de autorregulação regulada	294
3.5.2	A permanência da regulação estatal e o efeito de uma regulação responsiva	297
3.5.3	O movimento da agenda ESG e os reflexos para a regulação ambiental.....	299
3.6	Síntese do capítulo.....	302

CAPÍTULO 4

EXIGIBILIDADE DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL BRASILEIRO.....

		307
4.1	A exigência dos programas de compliance no licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras ou causadoras de significativa degradação ao meio ambiente.....	308
4.1.1	Nos estudos ambientais do licenciamento.....	318
4.1.1.1	Como elemento do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA)	319
4.1.1.2	Como elemento do Plano de Gestão Ambiental (PGA), do Plano de Controle e Monitoramento Ambiental (PCA) e do Projeto Básico Ambiental (PBA)	322
4.1.2	Nas condicionantes das licenças ambientais requeridas	324

4.1.2.1 Na licença ambiental prévia.....	326
4.1.2.2 Na licença ambiental de instalação.....	328
4.1.2.3 Na licença ambiental de operação.....	331
4.1.2.4 Na licença ambiental por adesão e compromisso.....	333
4.1.2.5 Na licença ambiental corretiva	334
4.1.2.6 Na renovação de prazo das licenças ambientais.....	335
4.1.2.7 Na revisibilidade das licenças ambientais	338
4.2 Exigência de compliance em licenciamento: exercício da competência discricionária do órgão ambiental ou necessidade de previsão em lei?	341
4.2.1 Discricionabilidade técnica e administrativa do órgão ambiental licenciador	341
4.2.2 Proporcionalidade das condicionantes no licenciamento ambiental.....	344
4.3 Necessária prevenção contra compliances “de gaveta” e “greenwashing”.....	346
4.3.1 Elementos mínimos de um programa de compliance no licenciamento	347
4.3.2 Aplicação das normas ABNT NBR ISO 14001 (Sistemas de Gestão Ambiental), ISO 37301 (Sistemas de Gestão de Compliance) e ISO 37001 (Sistemas de Gestão Antissuborno) e ABNT PR 2030 ESG	351
4.3.3 Elementos de avaliação pela Controladoria-Geral da União – CGU.....	356
4.4 Regulamentos vigentes.....	358
4.4.1 Compliance, Planos de Controle Ambiental e Auditorias Ambientais – Resoluções do CONAMA	359
4.4.2 Compliance no Direito Ambiental pela Nova Lei Geral de Licitações	363
4.4.3 Compliance no Direito Ambiental pela regulação financeira do BACEN.....	365
4.5 Perspectivas do compliance no Projeto de Lei geral do licenciamento ambiental	367
4.6 Programas de conformidade ambiental do Projeto de Lei nº 5.442/2019.....	371
4.7 Compliance no caso Brumadinho	375
4.8 Compliance no caso Dieselgate	381
4.9 Síntese do capítulo.....	385
CONSIDERAÇÕES FINAIS	389
REFERÊNCIAS.....	395